

DITADURA CIVIL MILITAR NA REGIÃO SUL GAÚCHA: MILITÂNCIAS E ROTAS DE EXÍLIO

MARÍLIA BRANDÃO AMARO DA SILVEIRA¹; EDGAR ÁVILA GANDRA²

¹PPGH UFPEL – mariliabas@yahoo.com.br

²UFPEL – edgargandra@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Embora a Ditadura Civil Militar no Brasil tenha relativa atenção dos pesquisadores, a produção tende a generalizar as experiências de grandes centros, principalmente no eixo RJ/SP. As peculiaridades de outras regiões e, principalmente de cidades do interior do país, tendem a ser negligenciadas.

No Rio Grande do Sul, pesquisadores já se empenham em contribuir para sanar essa lacuna e, em produção recente, apontam algumas peculiaridades do Estado [PADRÓS, 1005], por exemplo, o papel protagonista de articulador na campanha da legalidade e um forte apelo de setores às reformas de base, que marcaram o Estado com diversas experiências de mobilização legalista. Mais importante para nós, porém, são as peculiaridades referentes à nossa localização geográfica, de fronteira com Uruguai e Argentina.

É objetivo do trabalho em desenvolvimento, para atingir requisito parcial para obtenção do título de mestre, analisar as atividades peculiares das cidades de interior e de fronteira ao sul do Rio Grande do Sul, dando ênfase, mais especificamente, às atividades próprias dessa região, de organização das rotas de exílio de brasileiros para o Uruguai. Essa atividade garantiu não só a sobrevivência de muitos militantes, mas, também, uma relativa organização da esquerda no exterior, mesmo nos anos mais difíceis da repressão em nosso país e configurou-se como importante forma de oposição à ditadura civil militar.

Faz-se necessário questionar a organização dessas rotas. Intenta-se suscitar questionamentos sobre como se deu a dinâmica entre as organizações das cidades, militantes, exilados, poder local, o controle dos estados brasileiro e uruguaio na fronteira e como as particularidades da região influenciaram no cotidiano nessas cidades, respeitando as peculiaridades da região.

Focaremos, portanto, nas rotas de saída do Brasil para o Uruguai, nos debruçando sobre dois trajetos: aqueles estabelecidos através de Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Chuí (até então parte de Santa Vitória do Palmar, o município foi emancipado apenas em 1995) e através de Pelotas, Arroio Grande e Jaguarão. Deter-nos-emos ao período que se inicia em 1964, ano do golpe, para entendermos as primeiras atividades de resistência e as primeiras ações de repressão que resultaram na busca pelas passagens de exílio, até meados da década de 1970, período em que as organizações de esquerda no país se desmantelaram ao máximo, devido à forte repressão resultante das políticas de 1968.

É necessário expor algumas discussões, mesmo que sucintamente. A própria noção de fronteira deve ser discutida: devemos ultrapassar a compreensão da fronteira como constituída pelas cidades limítrofes do país. É necessário somar, para nossa pesquisa, todas as cidades cujas dinâmicas próprias se inserem nas peculiaridades da região e que devem ser compreendidas como parte desse cenário. Embora eventualmente seja necessário fazer menção à nossa fronteira limítrofe, ou seja, aos nossos limites

geográficos com os demais países, a fronteira deve ser compreendida como fronteira-zona, de permanentes trocas (culturais, econômicas, estatais...). Essa discussão não é recente na academia e por diversas vezes já foi sistematizada, como por exemplo no trabalho *O Estatuto da Fronteira Brasil/Uruguai* [PUCCL, 2010].

A reflexão teórica sobre a fronteira relacionada mais especificamente sobre nosso tema também não é nova. Temos que compreender que o espaço tinha duplo sentido no período: era procurado pela militância, seja para saída do país, seja para troca de informações e infra-estrutura com os exilados, mas também era vital para a repressão, prender procurados, e, também para uma organização entre as diversas ditaduras do cone sul para a repressão, mesmo antes da chamada Operação Condor¹.

Podemos perceber que mesmo nossa fronteira-linha era volátil: nosso governo podia ultrapassá-las em busca de procurados, tanto quanto podiam as ditaduras de outros países, também ultrapassá-la, em nome da repressão. É a chamada Fronteira Ideológica que não se aplica exclusivamente à questão espacial, mas, também, a própria concepção de “inimigo interno” e a delimitação do pensamento político, estipulando assim uma diferenciação que permite considerar o pensamento destoante como uma ameaça necessária de ser combatida [BAUER, 2009].

Outra discussão necessária refere-se ao conceito de exílio e exilado. Nessa discussão a maior referência é ROLLEMBERG [1999], e situa o exilado juridicamente, aproximando-o dos conceitos de *refugiado e imigrante*, assim como faz um elaborado trabalho sobre a busca pelo exílio e a vida dos exilados, nos possibilitando delimitar melhor esse universo.

2. METODOLOGIA

Nossa principal fonte é oral. Como expõe JOUTARD, a história oral é capaz (e deve) “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”(...); testemunhar as situações de extremo abandono”. É, portanto, a fonte ideal para nossos questionamentos, não só porque permite superar diversos entraves que encontra, até hoje, o historiador, ao tentar acessar alguns dos arquivos oficiais, mas, mais que isso, é a fonte que melhor responde aos nossos questionamentos e permite estudarmos o tema através do relato de seus protagonista, que digirem-nos em “primeira pessoa”, expondo seus pontos de vista, narrativas, experiências, impressões.

Trabalhar com historial oral e, também, com a narrativa dos livros de memória, entretanto, suscita alguns cuidados: história e memória não são a mesma coisa, esse debate é bastante conhecido na história. Temos que considerar que nossos entrevistados dão-nos a narrativa de seu entendimento sobre os fatos, que divergem entre si, podem ter inconsistências, lacunas, silêncios... Essas são suas memórias, o que se escolheu lembrar, esquecer, suas releituras do passado... A história trabalhará a partir dessas memórias.

Ainda, outras fontes serão trabalhadas de forma secundária em nosso trabalho: serão consultados jornais de grande circulação, arquivos produzidos pelo Estado durante o período e o acervo pessoal dos entrevistados. Sempre, evidentemente, levando em conta o trabalho crítico próprio do fazer historiador.

O trabalho ainda está em fase de coleta de fontes.

¹ Operação entre as repressões das ditaduras militares, para troca de informação e procura de militantes.

Como fonte, há à disposição: diversos livros de memória²; entrevistas coletadas para meu Trabalho de Conclusão do Curso em História [SILVEIRA, 2010], dessas quatro se referem ao nosso tema, há também uma entrevista gentilmente cedida pelo prof. Dr. Renato Della Vechia, além de mais, aproximadamente, 6 entrevistas a previstas para serem coletadas nos próximos meses.

Para as entrevistas a serem coletadas, será utilizada a entrevista temática de final aberto³, em que o entrevistado será direcionado ao nosso tema, mas com um final aberto, que possibilita uma dinâmica mais espontânea de exposição. Pude constatar, nas entrevistas já realizadas, a valia da metodologia, em que os entrevistados revisitam antigas posições, as reafirma ou contradiz e trazem também reflexões do presente relacionadas ao tema⁴.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Começa a delinear-se a complexidade da organização das rotas, tanto quanto a pluralidade de experiências de quem as organizou e de que as utilizou, todavia ainda tenhamos o que apurar e precisar, com as novas fontes que estão sendo levantadas. De forma geral, há diferenças entre quem procura as rotas em 1964 e nos anos próximos a 1968, que permitem que se possa caracterizar como duas gerações diferentes [ROLLEMBERG, 1999]. Ainda assim, há uma grande pluralidade em cada geração de exilados e, também, espera-se apontar peculiaridades na organização das rotas nas diferentes épocas. Também, temos que estar atento para a manutenção dessas rotas fora desses períodos, porque, menos que em menor intensidade, ainda sim estavam em funcionamento.

As fontes apontam ainda para compreendermos quem eram os organizadores dessas rotas, das quais participavam quadros importantes das diversas organizações, lideranças uruguaias e brasileiros exilados. Ainda, pessoas com comprometimento político menor, além de colaboradores sem uma atuação política presente. Utilizava-se contatos políticos, familiares, pessoais para garantir essas rotas, cuja organização variava muito, de acordo com a necessidade do momento. Podemos perceber também que havia uma grande variedade de organizações, que trasladavam militantes de origens diversas (geográficas e partidárias), demonstrando assim uma teia de solidariedade entre militantes de diferentes afiliações políticas.

O Rio Grande do Sul passou, principalmente durante a década de 1970, a ser um espaço procurado também por militantes dos países vizinhos, à medida que seus países passavam a intensificar a repressão (todavia o presente trabalho não intente focar a questão).

² Como, por exemplo: MARTINS, Eloy. *Tempo de Cárcere*. POA: Movimento, 1981; NUNES, Jorge. *O Riso dos Torturados*. POA: Proletra, 1982; VARGAS, Índio. *Guerra é Guerra, Dizia o Torturador*. RJ: Codecri, 1982; SILVA, José. *O Tenente Vermelho*. POA: Tchê, 1987; GARCIA, Bona; GUTIÉRREZ, Cláudio. *A guerrilha Brancaleone*. POA: Proletra, 1999; TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. SP: Globo, 1999; KLÖCKNER, Luciano. *O Diário Político de Sereno Chaise*. POA: Age Editora, 2007.

³ Para essa discussão foi útil a obra de MEIHY, José Carlos Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

⁴ Para as entrevistas já realizadas, partiu-se da pergunta de como começou a militância - que normalmente leva a uma reflexão do período de infância e adolescência e das relações familiares (que aprovam ou desaprovam a atuação) - questionando o cotidiano da atuação política, com final aberto - que geralmente inclui uma visão crítica do legado da ditadura militar no país e da atuação política do período.

Percebemos, também, que essa região sofreu com dura repressão, para atingir militantes políticos, mas, também, com controle da população em geral, tendo sido imposto não só a Lei de Segurança Nacional para Zonas de Fronteira [BRASIL, 1968], como, algumas cidades foram controladas com toque de recolher e etc. Ainda, o espaço gaúcho, em função da fronteira, foi palco das atividades da Operação Condor, cujo caso mais conhecido seja talvez o sequestro dos uruguaios Universindo Dias, Lilian Celiberti e seus dois filhos Camilo e Francesca Celiberti, em 1978.

Temos ainda que lembrar que existiram outras rotas de saída do país para militantes procurados, que não pelo Rio Grande do Sul, todavia, no Estado essas rotas funcionavam em maior fluxo. Podemos apontar como motivos seja uma relativa maior estabilidade política no Uruguai (muito embora essa já não fosse território seguro à militância de esquerda mesmo antes de sofrer um golpe de estado), seja por um conhecimento, já há muito perpetuado e popularmente conhecido, de traslado e tráfico ilegal por essas fronteiras (essas rotas das quais tratamos tem especificidades muito próprias, forçadas pelo momento político do país, que as diferencia das anteriores, porém “aprendeu” com essas experiências), seja pela facilidade geográfica de uma região pouco acidentada, com grande extensão de “fronteira seca” e algumas cidades “binacionais”.

4. CONCLUSÕES

Percebemos, portanto, que o estudo do território do interior e de fronteira suscita diversos novos questionamentos, que complexificam o entendimento da história de nosso país e os respectivos desdobramentos no momento político atual em que vivemos, evitando generalizações e respeitando a diversidade de experiências, tanto quanto, expondo novas características sobre a militância no período.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, C. As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e O Conceito de Fronteiras Ideológicas. In.: GUAZZELI, C; FLORES, M; ÁVILA, A. (Org.). **Fronteiras Americanas: teoria e práticas de Pesquisa**. POA: Letra e Vida/Suliani, 2009, vol. I

BRASIL. Lei N 5.449/1968

MEIHY, José Carlos Bom. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 1996.

PUCCI, A. S. **O Estatuto da Fronteira Brasil/Uruguai**. Brasília: FUNAG, 2010.

ROLLEMBERG, D. **Exílio - Entre Raízes e Radares**. RJ: Record, 1999.